

TRAJETÓRIAS FEMININAS: ABANDONO E RETORNO AOS ESTUDOS¹

Carmen Lúcia de Oliveira²

Ao todo, eu parei de estudar a 20 anos. (...) Eu ficava assim: eu trabalhava, parava e voltava... Parei tanto, que agora estou tentando entrar na universidade.

RESUMO: *O presente artigo aborda fatores que influenciam o abandono e o retorno à escola. Uma reflexão sobre educação, as oportunidades de estudo e trabalho, bem como o sucateamento das universidades públicas. Destaca, ainda, os cursinhos alternativos e o ingresso nas universidades. Uma educação popular, resultante das preocupações com a crise econômica e política do país, possibilitando a formação escolar de jovens e adultos de baixa renda.*

A partir das trajetórias pessoais e escolares de um grupo de mulheres, na faixa dos 20 aos 45 anos de idade, alunas de um curso pré-vestibular alternativo, ao longo das páginas seguintes, apresentarei alguns fatores que as influenciaram no abandono e retorno à escola.

Creemos que refletir sobre educação, enfocando as relações de gênero articuladas com classe social e etnia, remete-nos a uma leitura da desigualdade de oportunidades de estudo e de trabalho entre mulheres e homens. Leitura que não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas colaborar com a reflexão acerca das relações desiguais de gênero. Teceremos algumas considerações sobre etnia; porém, a atenção desdobrar-se-á sobre gênero e classe social.

É visível, nos anos 90, o sucateamento das universidades públicas brasileiras, principalmente, das federais. Todavia, estas continuam a ser validadas como centros do ensino superior de melhor qualidade no país. Além disso, a concentração de riquezas, tão característica de nosso país, leva a ingressar em universidades públicas mulheres e homens que podem pagar pelo ensino privado de nível médio e por cursos preparatório para o vestibular.

Estatísticas obtidas por pesquisa realizada pela FUVEST (que organiza o vestibular da – Universidade de São Paulo-USP) revela que 60% dos alunos e alunas que fizeram a segunda fase do vestibular frequentaram um cursinho preparatório particular, cujas mensalidades variam de R\$ 240,00 a R\$ 400,00. A pesquisa revela, ainda, outra grande exclusão: estudantes negros(as) representam apenas 5% da comunidade universitária, sendo que, nas universidades públicas, os negros são apenas 2%. Estas pesquisas, no entanto, não nos permitem saber qual o percentual de mulheres negras neste contingente restrito.

A Comissão Permanente de Vestibular COPEV, responsável pela organização do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), realiza pesquisa junto aos(as) candidatos(as) ao

¹ Este artigo é uma síntese de pesquisa qualitativa, um estudo de caso, realizada no ano 2000, com um grupo de alunas do Pré-vestibular Alternativo, oferecido pela Associação Educacional Paulo Freire, que resultou na monografia "Histórias de vida: trajetórias pessoais/escolares e relações de gênero".

² Graduada em História e especialista em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora substituta de História na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia.

processo seletivo para ingresso nesta universidade, por meio de um questionário, com o objetivo de conhecer suas características socioeconômicas. A pesquisa, realizada em janeiro de 2000, revela que: de 100% dos aprovados - 52,4% são mulheres e 47,6% são homens. Do total de aprovados, apenas 25,1% não frequentaram "cursinhos", enquanto 50% estudaram em escola particular durante o ensino fundamental.

Frente a este ciclo vicioso, no qual tem acesso à universidade pública aquele que pode pagar uma boa escola particular, é que surgem os "cursinhos alternativos" (pré-vestibulares) para estudantes carentes em vários estados brasileiros³. Esses cursinhos dão oportunidades de estudo para alunos e alunas pobres, aulas que são estímulos para que continuem estudando e tentando ingressar num curso superior.

Em Uberlândia, surgiram pelo menos três "cursinhos alternativos": o MEP (Movimento de Educação Popular), o Futuro Pré-vestibulares e o Pré-vestibular Alternativo, promovido pela Associação Educacional Paulo Freire. Estes cursinhos são tidos como "alternativos" por não estarem vinculados às instituições privadas e não visarem ao lucro com a educação, caracterizando-se, portanto, por não cobrarem mensalidades ou estas serem baixas, entre cinco e dez reais.

O Pré-vestibular Alternativo, da Associação Educacional Paulo Freire, utiliza em seu nome a denominação "alternativo" e é um projeto planejado e coordenado por voluntários(as), que são alunos(as), ex-alunos(as), professores(as) ou ex-professores(as) universitários. Um conjunto de pessoas que, preocupadas com a grave crise econômica e política do país, decidiram criar e desenvolver alguma atividade na área educacional. Este projeto promove a formação escolar de jovens e adultos de baixa renda, para facilitar o ingresso no ensino superior, preferencialmente o oferecido pelas universidades públicas.

No quadro de estudantes do Pré-vestibular Alternativo, do primeiro semestre do ano 2000, havia um expressivo número de mulheres, com idade entre 20 e 45 anos: 77 mulheres e 21 homens. Dentre o total de mulheres, investigamos as trajetórias pessoais e escolares de quatro delas, aqui apresentadas com nomes fictícios a fim de preservar em sua privacidade: Helena, negra, 42 anos, solteira; Ivanilda, branca, 38 anos, casada; Sílvia, parda, 35 anos, separada; Beatriz, branca 20 anos, separada. Todas elas são mães e passaram pelo processo de abandono e retorno à escola.

A condição socioeconômica das entrevistadas não permite que elas paguem um curso particular preparatório para o vestibular, sem o qual é difícil ingressar numa universidade pública. No caso da mulher negra, sua condição racial é mais um fator de exclusão. O nosso passado colonial, marcado pelo trabalho escravo, excluía da educação formal mulheres e homens negros. Crianças afrodescendentes adquiriram o direito à instrução formal, mesmo que de forma vaga, a partir de 1871 com a Lei do Ventre Livre, que dava o direito de liberdade àqueles(as) que nascessem de mães escravas. *A intenção era oferecer às crianças uma formação educaci-*

³ Em São Paulo/capital: Cursinho da Poli, fundado em 1987; Educafro/Pastoral do Negro/Movimento Negro, Cursinho do XI de Agosto (Centro Acadêmico do Direito da USP), Cursinho do Crusp (estudantes moradores (as) da USP), Cursinho da Psicologia da USP (Centro Acadêmico da Psicologia), Cursinho do Núcleo de Consciência Negra (USP), Thema Educação/Movimento Negro/Tucuruvi, Mocuti/Movimento Negro/Cidade Tiradentes e Cursinho da PUC-SP/Neafro (Núcleo de Estudos Africanos). No Rio de Janeiro: Educafro, Pastoral do Negro/Movimento Negro. Em Porto Alegre, Zumbi dos Palmares. Em Recife, Cursinho Adoro Você. Na Bahia, o Instituto Educacional e Beneficente Steve Biko e Cooperativa Conexão 21. No Espírito Santo, o Projeto Vida para Todos. (Conforme AMARAL, op. cit., p.15)

onal para que pudessem adquirir uma profissão (FONSECA apud GONÇALVES & PINTO, 2001). A instrução formal vinha aliada ao direito de obter cidadania, mas pensava-se no homem e não na mulher negra. Concebia-se o homem como o provedor de uma família, isto é, a necessidade de proporcionar-lhes o acesso à educação formal.

Entretanto, chegamos ao século XXI com mulheres e homens afro-descendentes vítimas da exclusão socioeconômica, aliada ao preconceito e à discriminação racial. Exclusão que é um ciclo vicioso: mães e pais que não têm uma boa educação formal não se preocupam em incentivar filhos e filhas a estudarem. Além disso, na sala de aula, sentem o preconceito e a desvalorização da pessoa negra. Acrescenta-se a esse fator as dificuldades de sobrevivência, que levam as crianças ao trabalho precoce, o que gera, também, o afastamento de crianças negras da escola.

Quase nada de escola é o que a família de Helena conheceu da educação formal. Ela é filha de mãe e pai negros, que não estudaram nem até a 4ª série do ensino fundamental. Ela os classifica de semi-analfabetos. Eles nunca se preocuparam com estudos dos sete filhos, dos quais apenas ela fez o 2º grau (ensino médio), e dois cursaram a 5ª série. Para estudar, a própria Helena matriculava-se e pedia na escola lápis e caderno. Será que a família de Helena perdeu o encantamento com a escola? Ou será que a sobrevivência falou mais alto do que o domínio da instrução? A evidência dessa exclusão econômica que reflete na exclusão educacional é verificada pelo pequeno número de estudantes negros que entram nas universidades, conforme os dados citados.

Para além do fator etnia, importa-nos considerar o que leva mulheres pobres a abandonar e retomar os estudos. Será que a deixaram de estudar por que queriam? Ora, as mulheres não deixam a escola porque querem, há fatores significativos que pesam nesta decisão. Fatores que refletem situações similares que afastam temporariamente as mulheres de baixa renda da escola.

Oriundas de famílias pobres, desde a infância, há a necessidade de se trabalhar, dentro e fora de casa, para ajudar nas despesas da família ou para a garantir a própria sobrevivência. Os estudos são abandonados devido o trabalho. Além disso, o trabalho doméstico não tem jornada fixa, o que dificulta uma frequência regular das aulas.

Para a trabalhadora que mora no emprego a situação é pior. Nesta situação, ela não tem horário fixo e permanece até por tempo integral no local de trabalho. Como frequentar aulas e estudar em casa? Situação adversa enfrenta, também, a mulher que tem que trabalhar em dois empregos. O horário de trabalho é incompatível com o horário escolar. Como tais mulheres podem ter boas condições de estudo? Estudar torna-se, então, um terrível desafio. A pessoa cai no vai e vem do abandono e do retorno à escola. O depoimento de Ivanilda evidencia a situação:

Minha família é pobre, não dava condição pra todo mundo estudar e trabalhar ao mesmo tempo, porque o horário não dava certo e(...) eu tinha que trabalhar e morar na casa da patroa, né? E essa patroa me arrumou um serviço no Alô Brasil. Trabalhava meio período no Alô Brasil, das 16h às 22h da noite e de manhã, na parte da manhã, eu trabalhava com ela e morava com ela, então, não tinha como estudar.

Para que um pessoa adulta ou criança possa estudar, ela precisa de condições adequadas, sejam condições físicas, materiais; sejam psicológicas. Isso é o mínimo necessário para um ensino de boa qualidade. É preciso tempo para estudar em casa, acesso ao material escolar, incentivo da família ou do grupo de convivência.

Como trabalhadoras, essas mulheres acabaram assumindo tarefas tradicionalmente femininas, ou de empregadas domésticas, babás ou ajudantes. Tarefas que envolvem o cuidar (da casa, dos(as) filhos(as) de outras pessoas). Por essas tarefas estarem ligadas à esfera privada, não são valorizadas socialmente nem reconhecidas financeiramente. Uma das conseqüências é a má remuneração das trabalhadoras.

Desde a infância, a inserção das mulheres no mercado de trabalho está ligada às tarefas socialmente tidas como femininas, de modo que as distinções de gênero são reforçadas pelo mercado de trabalho. Às mulheres reservam-se profissões consideradas femininas: empregada doméstica, enfermeira, professora, secretária, recepcionista, esteticista. Aos homens reservam-se cargos ligados às funções consideradas masculinas: mecânico, cobrador, engenheiro, pedreiro, caminhoneiro etc. As profissões consideradas femininas são menos valorizadas, enquanto aos homens pagam-se salários mais altos⁴.

Embora às mulheres destinem-se profissões "femininas", muitas estão no mercado de trabalho atuando em profissões tradicionalmente tidas como masculinas: são engenheiras, pilotos de avião, executivas de siderúrgicas etc. Elas não são a maioria da população feminina brasileira, mas representam uma conquista de espaço no mercado de trabalho e são exemplos de demonstração de inteligência, competência, profissionalismo e esforço - um esforço que as fizeram conquistar legalmente o direito de serem chefes de família. São mulheres que tecem a resistência às imposições tradicionais de papéis femininos e masculinos na sociedade.

Entretanto, mesmo com essas conquistas, a sociedade brasileira continua criando e recriando as tradicionais identidades de feminino e masculino. Identidades geradoras de oportunidades desiguais para as mulheres, que representam a maioria da população brasileira, mas têm salários mais baixos e menos anos de estudos que os homens. Isso denota que a igualdade ainda está para ser conquistada, embora o processo já tenha se iniciado há muito tempo. Se olharmos para o nosso passado, quando é que a mulher deixou de lutar por seus direitos? Nunca. O problema é que ainda não conquistamos a igualdade de fato: de gênero, de estréia e de classe.

Contudo, tratemos de considerar as opções desiguais para mulheres e homens. O tratamento desigual dado à mulher aparece até nos momentos em que a família tem de fazer opções. Embora as mulheres pobres tenham acesso às escolas públicas, e não precisem pagar mensalidades, na hora que a situação aperta, a corda arrebenta do lado da mulher. Se um tem que ficar na escola, que seja o filho. Cabe à mulher ir trabalhar, onde e do que for possível, prova de que a condição sócioeconômica precária da família e as relações desiguais de gênero contribuem para que as mulheres deixem de estudar.

⁴ Os dados estatísticos, divulgados em 1999, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), tendo como base informações colhidas em 1996, 1997 e 1998, mostram que as mulheres são cerca de 51% da população brasileira. Mas os homens são a maioria da população economicamente ativa, chegando a 59,5%, e têm média geral de salários mais alta que as mulheres: eles recebem 6,25 salários mínimos, enquanto as mulheres, 4,74. Situação mais grave é a das mulheres, quanto ao número de anos de estudos. Na média geral, com 12 anos ou mais de estudos, os homens são 18,34% e as mulheres, 9,64%.

O casamento é outro fator relevante no sentido de evidenciar as definições de masculino e feminino. O masculino pode ser representado pelo homem que trabalha fora de casa, para sustentar a família – é o provedor do lar, estando aberto a ele a esfera pública da sociedade. Por ser o provedor, é considerado o chefe da família e tratado socialmente como forte e dotado de razão. Características consideradas positivas e superiores, opostas às femininas. Considerada sensível e emocional, a mulher é responsável pelas tarefas “frágeis”. Por sua condição de reprodutora e cuidadora da espécie, reserva-se à mulher o mundo doméstico/privado.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1995) teoriza sobre as diversas formas da dominação masculina na sociedade. A dominação circunscreve os espaços, as normas e aparece nos discursos como se fosse inerente à sociedade. Exprime-se nos provérbios, nas poesias, tamanha é sua sutileza e a interiorização por parte dos sujeitos.

A sociedade registra as diferenças percebidas na natureza e nas diferenças biológicas dos corpos, criando os gêneros, colocando a relação social de dominação no princípio da constituição social. A dominação torna-se naturalizada, independente, autônoma. Introjetada pelos sujeitos, que a expressam na forma de se portar, nos gestos, no modo de vestir-se etc, se justificada é naturalizada e deixa de ser questionada.

É imperativo ressaltar a importância da desconstrução colocada por SCOTT (1990) e LOURO (1998). Contextualizar e desconstruir as relações sociais e os *habitus* das diferentes sociedades significa evidenciar e visualizar que as mesmas são construções sociais situadas em determinadas sociedades e que podem ser contextualizadas historicamente. Significa desnaturalizá-las, mostrar que não são consensos e que existem conflitos.

As mulheres em foco, ao se casarem - momento em que deixam de estudar, limitando suas ações à esfera doméstica - sentiram de forma mais clara a divisão das esferas sociais pública e privada. Legitimou-se o espaço público do homem, pela tarefa de provedor que lhe fora atribuída socialmente. Mas, quando ocorre a separação do casal, a mulher tem que assumir o encargo de provedora.

Casada, a responsabilidade de cuidar dos(as) filhos(as) é acompanhada do desestímulo ao crescimento pessoal ou profissional. O homem apela para os sentimentos maternos para reter a mulher em casa. São argumentos desanimadores, chantagens emocionais, justificativas para impedir que a mulher percorra caminhos fora do mundo doméstico; argumentos para fazer com que a mulher continue cuidando da prole e descuidando de si mesma. Nos depoimentos das mulheres, não há menção a nenhum homem que dividiu ou divide com a mulher as responsabilidades do cuidar. O depoimento de Sílvia ilustra a situação:

Ah, porque o homem sempre coloca um impedimento. Por exemplo, 'ah! É porque as meninas ficam sozinhas, sente falta de você. Você sai o dia todo, a noite você precisa ficar em casa'. É assim, essas coisas né? Uma desculpa porque ele podia conciliar, né? Ele trabalhava durante o dia e ficava à noite com elas, né? Então, acho desculpa mesmo. Ele pensava, eu já fiz o 2º grau, não precisava estudar mais, que eu já tenho estudo suficiente.

É ainda em BORDIEU (1995) que buscamos a explicação para a postura de homens que agem dessa forma. Segundo ele, o homem cultua a exaltação do "eu", daí ele ser a encarnação desse "eu", ao passo que à mulher é postulado a docilidade, a sensibilidade, a paciência como atributos naturalmente femininos. O cuidar é apenas uma consequência. Na divisão sexual do trabalho, colocada pelas relações de gênero que enfatizam a diferença biológica de macho e fêmea, cabe à mulher as tarefas domésticas, nas quais o cuidar é a essência: cuidar da casa, das roupas, da comida, da prole. Entra novamente em cena a dicotomia. O doméstico opõe-se ao público, evidencia a oposição feminino/masculino e a conseqüente desvalorização social do primeiro em prol do segundo, ou seja, o cuidar não é valorizado socialmente porque é considerado atributo feminino.

Esses fatores podem ser analisados à luz da teoria de relações de gênero. Ao lado dos obstáculos apontados, para conseguir estudar, as mulheres vivenciam os simbolismos colocados pela sociedade. Estudar representa uma busca de realização pessoal e profissional. Porém, a escola é uma das instituições responsáveis por formar sujeitos femininos e masculinos. E a educação brasileira, desde o período colonial, é marcada pela educação diferenciada, pelo modo diferente de educar meninas e meninos, construindo identidades de gênero.

Para analisar as relações de gênero, segundo SCOTT (1990), é importante ressaltar que não são as características biológicas/sexuais que determinam o que é feminino ou masculino, mas a forma como a sociedade se apropria da diferença e as representa ou valoriza, construindo, assim, em um dado lugar e em determinado momento histórico, o que é feminino ou masculino. Como os gêneros são processos de construção e não algo que existe *a priori*, portanto, a todo momento, se construindo e reconstruindo, é imprescindível contextualizar as sociedades e os momentos históricos, evitando generalizações e percebendo como foram construídas as relações sociais. Isto pode implodir a idéia de fixidez dos gêneros, ao mostrar que os mesmos são construções sociais e, ainda, que não são conceitos consensuais.

Se os gêneros masculino e feminino são colocados de forma polarizada e binária, dicotômica, o masculino é, por via, considerado superior. Colocados os gêneros na lógica de oposição binária, a idéia se faz presente nos vários conceitos: público/privado, forte/frágil, produção/reprodução, razão/emoção. Os pares são quase sinônimos de masculino/feminino.

Isto posto, de que forma a sociedade cria o sentido de gênero? Pelas representações simbólicas, por exemplo, representadas pelas várias instituições que a compõem, sejam elas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que afirmam o sentido do masculino e do feminino de forma binária. É preciso desconstruir a noção de fixidez da oposição masculino/feminino, através da análise da sociedade, das instituições, da organização social. E para desvendar as identidades subjetivas de gênero, cabe aos(as) historiadores(as) o questionamento do que seja feminino e masculino.

As relações desiguais de gênero aparecem, também nas funções do cuidar. O cuidar dos outros tem uma relação com o abandono da escola. O cuidar é uma constante na vida das mulheres entrevistadas sempre cuidando de outras pessoas e não de si próprias. Quando as mulheres estão casadas, cuidando da sua própria casa ou dos(as) filhos(as) e do marido, não há como freqüentar a escola. Falta tempo. Mesmo depois que os(as) filhos(as) crescem, exigindo menos cuidados maternos, a mulher permanece cuidando, seja em casa, seja fora dela.

Quando conseguem escapar do cerco, indo estudar ou trabalhar fora de casa, na maioria das vezes, a mulher busca uma profissão ligada ao cuidar. As profissões escolhidas pelas entrevistadas estão ligadas ao cuidar. Helena e Ivanilda querem cursar Pedagogia, Sílvia quer fazer História para ser professora e Beatriz quer cursar Psicologia.

O objetivo de estudar e a escolha do curso estão direcionadas para cuidar do outro ou dos outros. A realização de si mesma aparece projetada no "outro", seja no(a) filho(a), no(a) futuro(a) paciente ou nos(as) alunos(as). A perspectiva de uma melhoria nas condições materiais de sobrevivência, a ser conseguida por meio de uma profissão de nível superior, visa a melhoria das condições de vida dos(as) filhos(as). A mãe quer proporcionar mais conforto aos(as) filhos(as) ou melhorar sua formação educacional; quer os(a) filhos(as) freqüentem a escola e obtenham sucesso educacional. A grande meta a ser alcançada é o sucesso dos(as) filhos(as). A mulher renuncia a si própria, anula-se. Não estariam estas mulheres projetando sua na realização na de seus (suas) filhos(as)? Abaixo, as falas de Beatriz e Sílvia enfatizam o desejo a ser realizado com o sucesso dos(as) filhos(as):

Meu objetivo é formar, né? Dar um futuro pro meu filho, o qual futuro eu não tive, uma vida melhor, não precisar ficar trabalhando e parar de estudar, igual eu tive que parar. Tive filho, tive que parar de estudar, porque não tinha uma condição, uma vida social pra dar... pra ter alguém pra cuidar dele, pra mim continuar estudando.

Meu objetivo é melhorar financeiramente a minha vida, pra ter condições de dar estudo para minhas meninas. Eu penso no futuro delas, assim por exemplo, a hora que elas estiverem com dez anos eu penso em colocar elas na aula de inglês, espanhol, de computação; essas coisas básicas que hoje em dia se exige muito pra trabalhar. Então, eu quero qualificar elas.

A busca da própria valorização profissional e pessoal da mulher é deixada para segundo plano. Mas os conflitos e a resistência podem coexistir com a dominação e opressão. O cotidiano, em suas sutilezas, pode ser revelador. Há mulheres que estão casadas e freqüentando a escola, que querem fazer um curso superior e trabalhar fora de casa. Enfrentam a falta de apoio do marido, todavia, seguem em frente.

Por outro lado, a falta de incentivo em relação aos estudos da mulher é uma posição reforçada pela sociedade. Afinal, os discursos são colocados e reforçados a todo o momento, em todos os espaços sociais. São as pessoas vizinhas, os parentes, o padre, o pastor, as pessoas que não vislumbram um horizonte mais amplo para a vida das mulheres - para além de donas-de-casa. Há mulheres que manifestam essa vontade.

Não obstante, as mulheres constroem a resistência diante do desejo de reconhecimento pela sociedade da sua capacidade de estudar, de ter uma profissão, trabalhar e obter sua independência financeira. Fazer curso superior é o meio que buscam para qualificar-se, possibilitando-lhes uma colocação no mercado de trabalho. Cursar a universidade e ter uma profissão é um meio de se sentir cidadã, realizar a auto-afirmação e reforçar sua auto-estima.

O desejo da realização faz com que a mulher necessite transpor a falta de estímulo da família ou do companheiro. O desejo e o gosto pelos estudos têm que ser grandes, afinal estudar não é fácil, pois exige condições favoráveis para isso, empenho e determinação. A fala de Helena, que teve como principal força o gostar de estudar, expressa seu processo de idas e vindas da escola:

Eu matriculava, quando eu era pequena. A situação era muito difícil, eu ia pra escola, pedia caderno e estudava. Então, eu estudei ali no Alda Mota Batista (Escola Estadual). Pequeninha e todo mundo me dava caderno. Eu ia, aquela menina pequeninha mais imunda, que minha mãe trabalhava, não tinha tempo de olhar a gente. Eu ia pra escola assim mesmo com o meu caderninho. (...) Ao todo parei a vinte anos. (...) Estou tentando entrar na universidade. Não por situação econômica, nem nada não. Porque eu gosto mesmo.

O retorno aos estudos aparece ligado ao seu desejo de valorização pessoal e profissional. Um fator importante é o incentivo que recebem da família. Às vezes, são o pai e a mãe aos que estimulam a retomada dos estudos. Para outras, há o apoio dos(as) filhos(as), desejando o sucesso da mãe na obtenção de sua independência profissional. Independência que caminha ao lado da valorização pessoal. O incentivo também está ligado à superação das difíceis condições de sobrevivência que a família enfrenta e que acredita serem superadas pelos filhos ao obterem uma profissão conseqüente de um curso superior.

A falta de apoio e incentivo são fatores que dificultam a vida escolar dessas mulheres que, aliados às más condições socioeconômicas, geram condições de estudo desfavoráveis. Diante da falta de apoio, é maior a determinação de realizar o desejo de estudar, de ter uma profissão, de ser independente e de ser valorizada como sujeito histórico. A determinação é vital para que a mulher vença obstáculos, como os expostos aqui, e volte a estudar.

As mulheres mostram que vencem obstáculos e estão estudando. Ingressar na universidade será o próximo obstáculo a ser vencido. Ressaltamos que a oportunidade é dada pelo ingresso no Pré-vestibular Alternativo, pois não basta vontade, é preciso obter o acesso aos estudos. Oportunidade que representa um crescimento da auto-estima, um degrau deste processo. A fala de Sílvia mostra que a troca de conhecimento vai além das aulas: *a gente costuma falar que o cursinho é uma terapia. Que lá não só você aprende, é a vida escolar, mas também... assim, você tem apoio. Você conversa com os colegas, tem experiência de vida, troca experiência de vida.*

Enfim, o retorno das mulheres aos estudos vincula-se, em parte, ao cumprir a tarefa de cuidar da prole até por volta dos 10 anos de idade ou, no mínimo, quando estes deixam de ser bebês. Neste interim, as mulheres estão na faixa de idade entre 20 e 45 anos. A simultaneidade dos cuidados com crianças pequenas e o estudo denotam uma sobrecarga para a mulher. Evidencia-se a pouca ou inexistente divisão de tarefas domésticas com o companheiro ou pai das crianças.

Se por um lado podemos evidenciar a reorganização do ambiente familiar, por outro, o retorno

aos estudos e a busca de uma profissão ocorre diante das imposições do mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada. Se são mulheres, as exigências são maiores. Isto leva-as a verem na educação uma forma de qualificação para superar a discriminação de gênero. Ressaltamos, também, que o retorno aos estudos representa a solidificação da auto-estima feminina, pois ela busca sua independência financeira e a conquista da cidadania. No entanto, devemos enfatizar que, para permanecer na escola, é preciso ter condições propícias para se estudar, inclusive contar com o apoio de outras pessoas.

Enfim, o processo de abandono, e retorno da mulher pobre à escola liga-se às dificuldades socioeconômicas, às condições de estudo, à discriminação racial e às relações de gênero desiguais. Enfrentar a superação desse conjunto de fatores não é tarefa fácil, mas é primordial no estabelecimento de uma sociedade que se propõe democrática e que visa proporcionar a plena cidadania.

E assim usamos os versos de Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Chico Buarque para dizer às mulheres que não deixem de lutar pelos seus sonhos, que se contraponham a toda e qualquer forma de opressão e dominação. Afinal vivemos para ser felizes.

Vai, alegria / Que a vida, Maria / Não passa de um dia / (...) Corre, Maria / Que a vida não espera / É uma primavera / Não podes perder / Anda, Maria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marina. Cursinho para pobres. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, ano III, n. 35, fev. 2000, p. 13-14.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PAULO FREIRE. **Ata da reunião realizada em abril. 2000**. Uberlândia, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 20(2), jul./dez. 1995, p. 138

FIBGE. **Anuário Estatístico do Brasil** (1998), Rio de Janeiro: FIBGE, 1999, v. 58, p.2-221.

FONSECA, Marcus Vinícius da. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: GONÇALVES E SILVA, P. B. & PINTO, R. B. (orgs.) **Negro e Educação. Presença do negro no sistema educacional brasileiro**. São Paulo: Ação Educativa e ANPED, 2001, p. 11-36.

LOURO, Guacira L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, CNTE, 1998.

SCOTT, Joam. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1990, v. 16, n. 2, jul./dez. p.5-22.

UFU/PRGRA/COPEVE. **Características sócioeconômicas dos candidatos ao processo seletivo UFU - janeiro de 2000**. Uberlândia: 2000, mimeo.

AGRADECIMENTOS

BEATRIZ, entrevistada em 03/07/2000.

HELENA, entrevistada em 03/07/2000.

IVANILDA, entrevistada em 03/07/2000.

SÍLVIA, entrevistada em 05/07/2000.